



Decisão foi do presidente Nunes Marques de desfazer registro do candidato no Missão. Bolsonaristas atacam a Justiça Eleitoral, que garante: sistema não foi hackeado

Reproduções/Instagrams pessoais



Fraudaram a minha filiação. O sistema vai tentar de tudo pra me parar, mas não vai conseguir, porque Deus está no comando"

Flávio Bolsonaro, presidenciável do PL



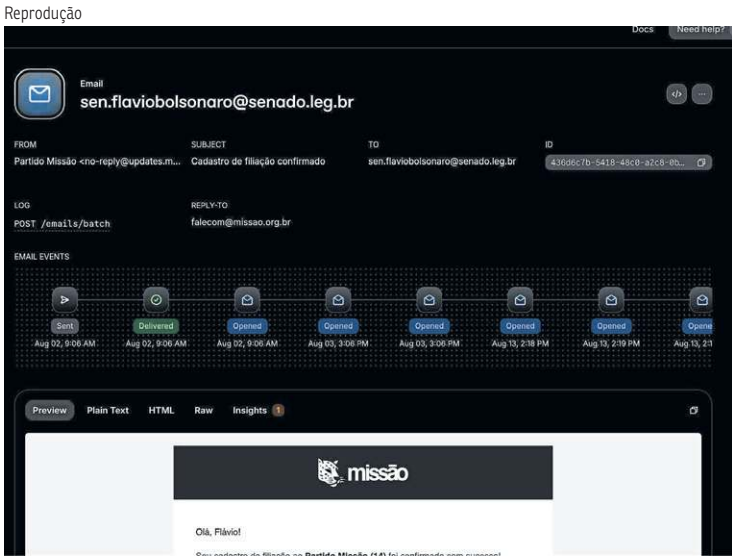
Não sei se ele está tentando abafar uma revelação de alguma coisa. Flávio é parte do Centrão. Estamos atrás do mesmo público"

Renan Santos, presidenciável do Missão

TSE repõe Flávio no PL e desfaz filiação ilegal

» LUIZA ALTOÉ
» FABIO GRECCHI

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, ontem, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) como candidato do PL à Presidência da República, por determinação do presidente da Corte, ministro Kássio Nunes Marques. A decisão colocou um ponto final em uma filiação irregular do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Missão, partido que tem Renan Santos como postulante ao Palácio do Planalto. O magistrado determinou abertura de inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar de que forma se conseguiu incluir Flávio em um partido ao qual jamais pertenceu. Segundo o TSE, a filiação de Flávio “não foi fruto de hackeamento do sistema de filiação partidária”, mas feita por alguém que tinha as credenciais do Missão. Isso não impediu que, antes de o tribunal confirmar o registro da candidatura do filho 01 pelo PL, os bolsonaristas fizessem uma intensa campanha nas redes sociais contra a idoneidade da Justiça Eleitoral. O próprio senador — que mentira, dias atrás, sobre a construção de urnas eletrônicas usadas no pleito brasileiro pela empresa venezuelana Smartmatic e foi desmentido pela Corte eleitoral — insinuou que tratava-se de uma manobra para impedi-lo de concorrer à Presidência. Em um vídeo que postou nas redes sociais, disse que o “sistema” tenta prejudicá-lo. Em seguida, convocou a militância para o evento organizado pela campanha,



Registros do Missão sobre os e-mails remetidos a Flávio para avisá-lo

domingo, no Rio de Janeiro. “Fraudaram a minha filiação partidária. O sistema vai tentar de tudo pra me parar, mas não vai conseguir, porque Deus está no comando e a gente junto vai resgatar o nosso Brasil”, disse. O coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), disse que a filiação irregular do filho 01 ao Missão “não pode ser tratada como brincadeira” e que o responsável pela ilegalidade deve ser punido. “Acho que esse tipo de comportamento, às vésperas de um período eleitoral, não pode ser tratado como uma brincadeira. Então, quem tomou esse tipo de atitude irresponsável tem que ser, evidentemente, penalizado”, afirmou a jornalistas. Numa “live” ontem à noite, Flávio

voltou ao assunto ao afirmar que alguns e-mails automáticos relacionados à filiação ilegal chegaram à sua conta institucional no Senado. Mas, como recebia centenas de mensagens diariamente, sua assessoria teria interpretado os avisos como spam. Reações A filiação irregular provocou a reação do Missão e de Renan Santos. O partido garantiu que o gabinete de Flávio foi informado sobre a filiação irregular em 2 de agosto. A legenda tentou cancelar o registro, o que foi impedido pelo TSE. O Missão também emitiu nota repudiando a fraude e divulgou prints mostrando que o e-mail oficial do presidenciável do PL tinha sido informado da irregularidade. O partido

fez questão de registrar que não tem interesse em receber o senador em seus quadros devido a divergências ideológicas e suspeitas de envolvimento em casos de corrupção. Renan, por sua vez, partiu para o ataque ao adversário. Deixou claro que a filiação irregular de Flávio foi confirmada por meio do e-mail oficial do filho 01. “Alguém, utilizando o e-mail oficial do senador Flávio, se cadastra, fazendo uma solicitação de filiação paga. A partir disso, são remetidos e-mails para o e-mail do senador. Lá, pelo menos metade dos e-mails foram abertos e, dois deles, tiveram cliques. Um para baixar o aplicativo oficial de militância da Missão e outro para confirmar o processo de filiação”, explicou, para provocar: “Não sei se ele está tentando abafar uma revelação de alguma coisa ou para que não se fale de declaração de bens que pode vir. Flávio é parte do Centrão patrimonialista, com simulação de discurso de direita. Estamos atrás do mesmo público. A tendência é que eleitores procurem alternativas neste campo direita, e tenho chance de atrair esses votos. Se Flávio foi vítima de trollagem, isso é uma historinha meio boba. Porém, o fato é que acessaram o e-mail dele e não fizeram nada”, afirmou. De acordo com o candidato do Missão, a falsa filiação poderia ser uma “malandragem” de Flávio para divulgar o ato de abertura da campanha eleitoral, domingo. “O que me parece: sua equipe simulou filiação e jogou hoje na imprensa para se fazer de vítima e divulgar evento”, alfinetou Renan. (Colaborou Armando Holanda)

Segurança é base de plano de governo

» ARMANDO HOLANDA

O plano de governo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a Presidência aposta em uma política de segurança pública sustentada no endurecimento das penas, ampliação do encarceramento e maior presença das forças de segurança. Apresentado ontem, o programa propõe a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, a castração química de estupradores e abusadores de crianças condenados pela Justiça e a criação de meio milhão de novas vagas no sistema prisional em quatro anos. A segurança aparece como o primeiro eixo do programa, sob o título Brasil Sem Medo. O texto afirma que a primeira obrigação de um eventual governo será “devolver o Brasil

às famílias brasileiras e tirá-lo das mãos do crime.” Segundo o plano, adolescentes a partir de 14 anos devem ser punidos em casos de crimes considerados graves, como estupro, tráfico, tortura e assassinato. “Quem comete crime como gente grande vai ser punido como gente grande”, frisa o documento. Na área penitenciária, a proposta é construir cinco novos presídios federais de segurança máxima, inspirados no modelo adotado em El Salvador. As novas prisões, somadas às cinco unidades federais já existentes, formariam o chamado Complexo Federal de Segurança Máxima, batizado no programa de “Treva”. Na agenda econômica, o plano promete um “amplo revogaço

regulatório” para eliminar normas consideradas obsoletas e simplificar procedimentos para empresas. A medida é apresentada como uma continuação da agenda do governo Bolsonaro. Prevê revisar exigências e licenças e ampliar para Estados e municípios medidas de simplificação para abertura e manutenção de empresas. O candidato do PL propôs retomar o Programa Casa Verde e Amarela, com a meta de financiar 2,5 milhões de residências e oferecer “a menor taxa de juros possível” para a compra da casa própria. O programa foi usado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como substituto ao Minha Casa Minha Vida, atrelado às gestões petistas. A proposta para habitação é apresentada no eixo “Brasil que Prospera”, que trata de medidas

voltadas à autonomia financeira e à formação de patrimônio. Apesar do discurso de redução da dependência do Estado, o programa afirma que os benefícios sociais existentes serão preservados. A promessa é mantê-los com mudanças na gestão, combate a fraudes e correção de distorções. A proposta, porém, busca associar os benefícios a uma trajetória de qualificação e diz que beneficiários teriam prioridade em programas de primeiro emprego. Na educação, o plano adota uma das bandeiras mais associadas ao bolsonarismo: a defesa de uma escola “livre de doutrinação político-partidária”. Também prevê a ampliação das escolas cívico-militares. (Com Agência Estado)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Quando o STF rompe os freios da Constituição num caso de polícia

Em 30 de setembro de 1967, o jornalista, advogado e ativista político Othelino Nova Alves, redator do *Jornal Pequeno*, foi assassinado em plena Praça João Lisboa, no centro de São Luís. Fundado por José de Ribamar Bogéa, o jornal notabilizou-se pela oposição aos sucessivos governos maranhenses. Othelino denunciava injustiças, desigualdades e abusos das elites locais. Sua morte tornou-se símbolo dos riscos enfrentados por jornalistas no Maranhão. Em abril de 2012, o jornalista Décio Sá foi assassinado em São Luís. Suas reportagens investigavam um esquema de agiotagem e desvio de recursos de prefeituras. Em 2015, o blogueiro Ítalo Diniz, que publicava denúncias sobre políticos, foi morto em Governador Nunes Freire. Também se sucederam assassinatos de prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e lideranças municipais. Agora, a imprensa maranhense volta ao centro de um caso no qual jornalismo, política e violência se misturam. Desta vez, porém, a controvérsia chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e produziu um grave problema constitucional: o ministro Alexandre de Moraes autorizou busca e apreensão contra o jornalista Luís Pablo Conceição Almeida e a análise de seus equipamentos revelou sua fonte de informação. Essa investigação também está associada a um crime de morte. Em 2022, o empresário João Bosco Sobrinho foi assassinado em São Luís, num caso que envolve políticos, agentes públicos e autoridades com prerrogativa de foro. Raimundo Cutrim, ex-secretário de Segurança Pública e ex-deputado estadual, é investigado por suspeita de interferir nessa apuração. Foi colocado em prisão domiciliar por determinação do ministro Flávio Dino, relator de um dos processos derivados do caso.

Cutrim foi identificado como fonte de Luís Pablo em reportagens sobre o suposto uso de veículos oficiais por parentes de Dino. O jornalista publicou fotografias, placas e informações sobre carros cedidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) ao STF. Dino e o tribunal negam irregularidades. O ministro e sua família estavam sendo monitorados, com risco para a segurança. São suspeitas graves que precisam ser apuradas. O problema está no caminho escolhido. Em março, Moraes autorizou busca na residência de Luís Pablo e a apreensão de computadores e celulares. O material permitiu à Polícia Federal (PF) identificar Cutrim como fonte das reportagens. Também revelou uma transferência de R\$ 100 mil feita por um advogado ao jornalista. Investidores suspeitam que o dinheiro tenha financiado as publicações contra Dino. Luís Pablo afirma que foi um empréstimo para a compra de um terreno. O processo corre sob sigilo.

Entidades representativas da imprensa manifestaram preocupação. Se houver prova de participação em perseguição, invasão de sistemas, corrupção, extorsão ou qualquer crime, o profissional deve responder nos termos da lei. Liberdade de imprensa não é licença para delinquir. Mas é necessário investigar de forma individualizada, com base em indícios concretos, e não devassar os instrumentos de trabalho do jornalista para descobrir quem lhe forneceu uma informação incômoda.

Sigilo da fonte

A Constituição é inequívoca. O artigo 5º assegura o acesso à informação e resguarda “o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. O artigo 220 determina que nenhuma lei poderá criar embaraço à plena liberdade de informação jornalística. Essas garantias não impedem a responsabilização posterior por calúnia, difamação, invasão de privacidade ou divulgação irresponsável. Mas impedem que o Estado obstrua preventivamente o jornalismo investigativo. O sigilo da fonte pertence à sociedade. Sem essa proteção, servidores, integrantes de governos, empregados de empresas e testemunhas de irregularidades dificilmente procurariam a imprensa. Grandes escândalos nacionais vieram à tona porque alguém pôde fornecer informações sem se expor à retaliação dos poderosos. Os federalistas debateram o assunto. Como disse James Madison, o poder tende a ultrapassar os limites que lhe são fixados. Os homens não são governados por anjos, é necessário habilitar o governo a controlar os governados e, depois, obrigá-lo a controlar a si próprio. Para Alexander Hamilton, a força do Judiciário, que não controla nem a espada nem o tesouro, repousa no julgamento, na independência e na autoridade moral. Por isso, deve proteger a Constituição contra abusos das maiorias e dos demais poderes. Entretanto, a condição de guardião não transforma magistrado em soberano absolutista. A imprensa livre completa esse sistema. Embora não seja um dos Poderes da República, funciona como um freio da sociedade sobre todos eles. A decisão de Moraes transformou um caso de polícia num debate constitucional. Diante da repercussão, o presidente do STF, Edson Fachin, prestou solidariedade a Dino e reconheceu que as ameaças devem ser apuradas com rigor, mas reafirmou que a liberdade de imprensa e o sigilo da fonte são direitos fundamentais. Ilícitos devem ser investigados sem atingir a atividade jornalística legítima. O caso vai ao plenário da Corte.

FACHIN REAFIRMOU QUE A LIBERDADE DE IMPRENSA E O SIGILO DA FONTE SÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS